

Articulação texto-fonte e reformulação parafrástica em texto de conclusão do curso de Letras

Rosângela Alves dos Santos Bernardino¹

Resumo: Neste trabalho, estudamos os tipos de paráfrases utilizados por alunos do curso de Letras, na reformulação de um texto-fonte, em seção de fundamentação teórica de monografias de conclusão de curso, com o intuito maior de entendermos como acontece o processo de reformulação textual na produção desse gênero. Sobre paráfrase, fundamentamos em Fuchs (1982), Charaudeau e Maingueneau (2006), Fávero *et al* (2007), Hilgert (2002 2006); e, sobre gêneros, em Bakhtin (2003) e Maingueneau (1998; 2001). Para a análise do *corpus* constituído de 19 monografias, utilizamos categorias definidas por Hilgert (2002; 2006), a expansão, a condensação, o paralelismo. Os resultados evidenciam o uso mais predominante do paralelismo (69,45% das ocorrências), cuja manifestação caracterizou-se pela repetição léxico-sintática de fragmentos do texto-fonte. Concluímos que a alta incidência do paralelismo parafrástico mostrou-se como uma indicação de que o aluno ainda não domina os modos de produção e circulação dos gêneros discursivos proferidos na esfera acadêmico-científica.

Palavras-chave: Paráfrase. Reformulação. Texto-fonte. Monografia.

Palavras iniciais

Este trabalho é parte de nossa pesquisa de mestrado, em que procuramos estudar os procedimentos parafrásticos utilizados por alunos do curso de Letras, na reformulação de um texto-fonte retomado na seção de fundamentação teórica da monografia, produzida como texto de conclusão de curso (TCC). Aqui, especificamente, buscamos identificar e descrever os tipos de paráfrases utilizados durante a reformulação do texto de Travaglia (2001) acerca das concepções de linguagem.

Na seqüência do trabalho, consta uma síntese teórica acerca da abordagem da paráfrase enquanto atividade de reformulação. Nessa discussão, concentramos atenção basicamente nas ideias de Charaudeau e Maingueneau (2006), Fávero *et al* (2007) e Hilgert

¹ Mestre em estudos da linguagem, na área de concentração em linguística aplicada, pela Universidade Federal do Rio Grande no Norte (UFRN) e professora ativo permanente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). E-mail: rosealves_23@yahoo.com.br

(2002, 2006). Logo em seguida, consta uma discussão acerca de abordagens de gêneros do discurso, com base em Bakhtin (2003) e Maingueneau (1998; 2001) e sobre o gênero monografia, a partir de alguns manuais de metodologia científica, especificamente os de Eco (1991), Tachizawa (2001), Salomon (2004) e Medeiros (2007). Prosseguimos com a descrição dos aspectos metodológicos da pesquisa e uma análise descritiva de dados, com comentários interpretativos.

1 Paráfrase e reformulação: síntese teórica

Um dos modos de abordar a paráfrase é concebê-la em consonância com a idéia de reformulação textual. Essa visão tem sido adotada por alguns autores, conforme veremos a seguir, e a maioria deles, de uma forma ou de outra, retomam postulados de Fuchs (1982), sobretudo no que se refere ao fato de a paráfrase ser um fenômeno dependente dos contextos de uso da linguagem, da situação comunicativa e dos próprios sujeitos envolvidos na interação. Dentro dessa perspectiva, as formulações mais comuns a respeito da paráfrase costumam advir de estudos do texto conversacional, bem como do estudo de textos escritos, e muitas delas são mais ou menos semelhantes, por exemplo:

A **paráfrase** é uma relação de equivalência entre dois enunciados, um deles podendo ou não ser a **reformulação** do outro (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2006, p. 366).

A **paráfrase** é uma atividade de **reformulação** pela qual se restaura bem ou mal, na totalidade ou em partes, fielmente ou não, o conteúdo do texto-fonte, num texto derivado (FUCHS, 1982 apud FÁVERO et al, 2007, p. 59).

A **paráfrase** (P) é um enunciado lingüístico que, na seqüência do texto, **reformula** um enunciado anterior, chamado de enunciado-origem ou matriz (M), com o qual mantém, em grau maior ou menor, uma relação de equivalência semântica (HILGERT, 2002, p. 144). (Grifos nossos)

Nessas três visões, embora a paráfrase concorra ora com a relação entre enunciados (enunciado matriz x paráfrase), ora com a relação entre textos, (texto-fonte x paráfrase), podemos perceber que a aproximação entre paráfrase e reformulação é bastante evidente.

Para Charaudeau e Maingueneau (2006), a reformulação exprime uma relação de paráfrase na medida em que, no discurso, retoma um dado utilizando-se de expressão lingüística diferente, tais como nos processos de retomada anafórica. Nota-se, conforme podemos depreender, que a atividade de reformular supõe uma atividade parafrástica, mas já a paráfrase nem sempre implica uma modificação do texto-fonte, pois há casos mesmo em que

não se tem alteração, nem no plano formal, tampouco no plano do sentido, basta pensar numa estrutura paralela composta dos mesmos elementos constituintes.

A visão de Fávero et al (2007) mostra que “a paráfrase é, portanto, um enunciado que reformula um anterior e com o qual mantém uma relação de equivalência semântica” (p. 51). As autoras registram a paráfrase do tipo explicativa (aquela que explica o que um termo significa) ou específica o sentido de um termo considerado mais abrangente em se tratando de traços semânticos; e a paráfrase do tipo resumidora, aquela em que a abrangência semântica é maior do que a do enunciado original, realizando, assim, uma generalização. Quanto às funções da paráfrase, afirmam:

A paráfrase exerce inúmeras funções, como a de contribuir para a coesão do texto, enquanto articuladora de informações novas e antigas, mas sua função primordial é a de garantir a intercompreensão, e difere das demais atividades de formulação como, por exemplo, a repetição pela criatividade em contraste com o automatismo desta última (2007, p. 60).

Acrescentam ainda que a paráfrase é uma atividade comum às duas modalidades da língua, oral e escrita, embora nesta seja um pouco diversa. Essa atividade permite ultrapassar os limites do texto original, dando margem para novos significados. Além disso, ela é atravessada pela relação de intertextualidade.

Hilgert (2002, 2006) também concebe a paráfrase como atividade de reformulação, postulando que os enunciados P (paráfrase) e M (matriz) mantêm entre si uma relação de equivalência semântica. Segundo ele, “muitas vezes a paráfrase está numa relação paradigmática, isto é, pode ocupar o mesmo lugar sintático da matriz no contexto em que esta se encontra inscrita” (HILGERT, 2002, p. 144). Ainda para o autor, é possível identificar regularidades nas paráfrases quanto ao nível semântico, que diz respeito aos “deslocamentos de sentido na passagem da matriz para a paráfrase”; no nível formal, referente às “reformulações léxico-sintáticas ocorridas na passagem”; e, por último, no nível funcional, que trata da “função geral das paráfrases e da função específica de cada uma em seu contexto imediato” (p. 145).

Em se tratando dos deslocamentos de sentido, Hilgert (2002, 2006) menciona dois tipos de movimentos semânticos ocorridos na passagem da matriz para a paráfrase, quais sejam: a especificação e a generalização. Esses movimentos, segundo ele, permitem caracterizar a relação de equivalência entre a matriz e a paráfrase, além de atuarem como “determinantes na formulação dos enunciados parafrásticos e na atribuição de suas funções” (p. 145). A especificação ocorre quando “o movimento semântico da matriz para a paráfrase

vai do geral para o específico, ou seja, quando a abrangência semântica da matriz é maior do que a da paráfrase, sendo esta uma atualização de uma ou mais traços semânticos inerentes àquela”. Já a generalização “ocorre quando o movimento semântico da matriz para a paráfrase vai do específico para o geral, ou seja, a abrangência semântica da matriz é menor do que a da paráfrase” (p. 146)

Os dois movimentos semânticos relacionam-se com o aspecto formal da paráfrase, isto é, com suas características lexicais e sintáticas, desdobrando-se, respectivamente, na expansão e na condensação sintático-lexical. Com base em Hilgert (2002), definiremos, abaixo, mais detalhadamente essas noções:

a) **expansão parafrástica** – “consiste no fato de o parafraseamento se realizar por meio de um enunciado lexical e sintaticamente mais complexo do que a matriz” (p. 147). Realiza as funções de explicitar, definir, precisar e especificar as informações da matriz.

b) **condensação parafrástica** – ocorre “quando o movimento semântico da matriz para a paráfrase se formula numa unidade lexical e sintaticamente mais simples, isto é, quando a formulação da paráfrase se desenvolve em sentido contrário ao da expansão, identifica-se a condensação” (p. 147). Realiza as funções de concluir, resumir e denominar.

A ocorrência desses dois tipos de paráfrases se dá tendo em vista a possibilidade da abrangência semântica do enunciado base ou matriz ser restrita (caso em que o enunciado parafrástico será mais desenvolvido) ou ampla (caso em que o enunciado parafrástico será mais condensado).

c) **paralelismo parafrástico** – consiste em “paráfrases que se formulam na mesma dimensão léxico-sintática de suas matrizes”, conforme Hilgert (2002, p. 149). Em outros termos, é quando a dimensão formal ou estrutural da matriz permanecer igual ou pouco inalterada durante o parafraseamento, ocorrendo a simples variação ou substituição lexical.

A hipótese sustentada por Hilgert (2002, p. 151), pelo menos em relação a enunciados do ato conversacional, é a de que o parafraseamento ocorra “predominantemente no predicado e não no sujeito da estrutura oracional”. A partir da noção tema/rema, entendendo-se que o tema contém a informação dada e o rema a informação nova, esse autor assegura que é exatamente no predicado que o enunciador irá deter sua atenção e, portanto, realizar a paráfrase, como forma de garantir a intercompreensão entre os seus interlocutores.

Numa síntese, a paráfrase entendida como atividade de reformulação, requer, primeiramente, que se considerem como fundamentos básicos a situação de comunicação e os sujeitos, ou o contexto mais amplo. E de um modo mais específico, convém levar em conta que a paráfrase opera alterações no plano formal (expandindo itens lexicais e construções

gramaticais, condensando-as ou repetindo-as), no plano semântico (mantendo ou não uma equivalência semântica, ou ainda deslocando, obscurecendo sentidos) e no plano funcional (considerando as várias funções que a paráfrase pode assumir).

2 Os gêneros do discurso: discutindo sua definição e funcionalidade

Neste trabalho, entendemos que o ato de reformular, parafrasear que o aluno opera durante a reformulação dos textos-fonte que subsidiam a construção do capítulo teórico de sua monografia não está dissociado de uma compreensão sobre o próprio gênero de discurso que se está produzindo (um texto acadêmico, de caráter científico, resultante de pesquisa científica); sobre suas características (versar sobre um tema único, bem delimitado etc.); condições de produção (acontecer em um tempo e lugar certos, ter um interlocutor definido); e sobre o seu propósito comunicativo (visar, por exemplo, à apresentação dos resultados de uma pesquisa teórica ou empírica). É nesse sentido que emerge aqui a necessidade de um entendimento a respeito dos gêneros do discurso.

Dentro de um quadro atual de pesquisa sobre gêneros, Bakhtin (2003) é tanto uma referência de base como o ponto de partida para tratar da questão pelo viés dinâmico da sua produção, na interação social (Cf. FARACO, 2001), trazendo ao campo dos estudos da linguagem uma concepção de gênero não estática, quer dizer, uma concepção que reconhece o quanto esses construtos sócio-históricos estão sujeitos à mudança (Cf. KOCH, 2004). É, portanto, a esse teórico a quem se pode chamar de marco da abordagem sóciointeracionista introduzida nos estudos da linguagem a partir do século XX e a quem se pode reconhecer como autor de uma teoria dos gêneros.

O texto de Bakhtin ao qual nos remetemos para discutirmos acerca dos gêneros está inserido no livro *Estética da criação verbal*, intitulado como *Gêneros do discurso* e discorre basicamente em torno de três pontos: a conceituação de gêneros do discurso, a sua classificação, com distinção entre primários e secundários, e a relação entre gênero e estilo.

Bakhtin (2003) opera, inicialmente, com o princípio fundamental de que há um vínculo necessário e indissociável entre a utilização da linguagem e os campos ou esferas da atividade humana, isto é, de que a manifestação da linguagem se dá no seu uso, na prática social. Sem a compreensão desse princípio, ficaria difícil, conforme o autor, alcançar sucesso na análise ou no próprio entendimento da complexa natureza do enunciado, pelo que está interessado naquela discussão.

Entende, pois, Bakhtin (2003, p. 261) que os chamados campos da atividade humana estão sempre relacionados com o uso da língua, cujo emprego, por sua vez, “efetua-se em

forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo”. É assim que, de um ponto de vista teórico-metodológico, não se pode olhar para o objeto discursivo, ou melhor, para o enunciado, sem se pautar na esfera da atividade humana na qual é produzido, porque esse enunciado não se produz no vazio, mas sempre vinculado a uma dada prática social.

São exatamente os *tipos relativamente estáveis de enunciados*, produzidos no interior de esferas sociais múltiplas e heterogêneas, que se denominam gêneros do discurso, comportando três elementos fundamentais: o conteúdo temático, a construção composicional e o estilo verbal, sendo cada um desses elementos ligado no todo do gênero e determinado pelas especificidades e finalidades daquelas esferas. Se tais enunciados apresentam uma estabilidade relativa é porque compreendem uma historicidade e, ao mesmo tempo, uma imprecisão de suas características e fronteiras. Conforme Faraco (2001), ao dar relevo à historicidade dos gêneros, Bakhtin (2003) está, na verdade, chamando atenção para o fato de que os tipos de enunciados não possuem propriedades sincrônicas fixas, definidas para sempre; esses tipos, pelo contrário, agregam transformações que se dão num contínuo, justamente porque as atividades sociais são dinâmicas, modificam-se e tornam-se complexas. Nesse sentido, os gêneros não permanecem estáveis e fixos, eles se modificam na proporção em que as atividades humanas se desenvolvem, sendo por isso mesmo construtos inesgotáveis, pois também são infinitas as possibilidades de uso da língua, numa dada esfera social.

Já Maingueneau (1998) trata da definição de gêneros do discurso sob a perspectiva de uma teoria do discurso, a corrente francesa de Análise do Discurso e mantém, até certo ponto, uma compatibilidade de base com a abordagem bakhtiniana, principalmente quando postula que “o gênero de discurso tem uma incidência decisiva sobre a interpretação dos enunciados” (p.75), afinal o próprio Bakhtin antes reconheceu que a compreensão do enunciado enquanto elemento fundamental da comunicação verbal não deve prescindir de uma noção precisa das particularidades dos gêneros do discurso. Aliás, a compreensão da natureza fundamental do enunciado em geral e dos diversos gêneros de discurso deve interessar a qualquer corrente de estudo da linguagem.

Disto isto, Maingueneau (1998, p. 73) denomina gêneros do discurso como “dispositivos de comunicação sócio-historicamente definidos”, por exemplo, o editorial, os anúncios, o relatório de estágio, entre a grande diversidade de outros gêneros. Assim como Bakhtin, Maingueneau (1998) reconhece a extrema heterogeneidade e variedade dos gêneros do discurso, como também o fato de apresentarem uma estabilidade relativa, sustentando, a

esse respeito, que alguns gêneros parecem muito estáveis (ex: receita de cozinha, oração), entretanto já outros são mais fugazes (ex: o jornal de televisão). Deduz-se daí que o autor percebe o quanto não se podem definir de maneira fixa as propriedades dos gêneros do discurso, mas sua abordagem de gênero não opera com a mesma classificação bakhtiniana que os divide em primários e secundários.

Recorrendo a fontes de orientação pragmática, sobretudo ao princípio de que o enunciado possui um estatuto pragmático, na medida em que pretende instituir uma relação com o seu interlocutor, realizando uma ação sobre este e de que a linguagem é um produto da interação social, Maingueneau (1998; 2001) menciona uma série de limitações ou condições para a definição de um gênero. Segundo ele, os gêneros do discurso compõem-se de atividades mais ou menos ritualizadas (portanto, essa ‘ritualização’ não é fixa) e só obtêm êxito nas práticas sócio-discursivas caso estejam em comum acordo com as regras que as constituem. Afirma, então, esse autor que:

Os gêneros de discurso não podem ser considerados como formas que se encontram à disposição do locutor a fim de que este molde seu enunciado nessas formas. **Trata-se, na realidade, de atividades sociais que, por isso mesmo, são submetidas a um critério de êxito.** [...] Ato de linguagem de um nível de complexidade superior, um gênero de discurso encontra-se também submetido a um conjunto de condições de êxito (2001, p. 65). (grifos nossos)

São basicamente cinco elementos fundamentais que garantem a legitimidade e a estabilização de um gênero e que determinam suas características:

(1) Uma finalidade reconhecida – “todo gênero discursivo visa a um certo tipo de modificação da situação da qual participa”;

(2) O estatuto de parceiros legítimos – “nos diferentes gêneros do discurso, já se determina de quem parte e a quem se dirige a fala”;

(3) O lugar e o momento legítimos – “todo gênero de discurso implica um certo lugar e um certo momento. Não se trata de coerções “externas” mas de algo constitutivo”;

Maingueneau (2001) propõe que algumas questões estão relacionadas com essas condições de lugar e momento, a saber:

Periodicidade – “duração a que obedece um curso, uma missa, um telejornal, mas não um pronunciamento de chefe Estado”;

Duração de encadeamento – “quando um gênero exige várias durações de realização”;

Continuidade – “há gêneros como a piada que exige ser contada de uma só vez, já num romance pode haver interrupções”;

Duração de validade presumida – “uma revista é considerada válida durante uma semana; o jornal por um dia; já um texto religioso fundador (a Bíblia, o Alcorão, por exemplo) propõe-se a ser lido por tempo indeterminado”.

(4) Um suporte material – “associado ao modo de existência material dos textos/gêneros, em que estes podem se apresentar por ondas sonoras (oralidade); por um decodificador (rádio, telefone etc.); por via impressa (impressora individual) ou figurar na memória de um computador etc”;

(5) Uma organização textual – “todo gênero de discurso está associado a uma certa organização textual [...]. Esses modos de organização podem ser objeto de uma aprendizagem: a dissertação, as anotações de síntese etc., se ensinam; outros gêneros, na realidade a maioria, são aprendidos por impregnação” (MAINGUENEAU, 2001, p. 66-68).

Dentre todos esses elementos, Maingueneau (1998) dá destaque ao suporte, ou seja, ao modo de materialização dos gêneros, sustentando que o mesmo pode até modificar a definição de um gênero. Destaca também que as formações discursivas, compreendidas pelo autor como sendo relativas ao conjunto de enunciados sócio-historicamente determinados, constituem fator importante e, como tal, não podem ser isoladas das regras do gênero. Acredita o autor que uma formação discursiva investe de maneiras distintas em relação ao gênero.

Com base nas discussões sobre gêneros do discurso empreendidas neste trabalho, compreendemos que as duas perspectivas teóricas ora apresentadas acerca da abordagem de gênero, embora orientadas por recortes teóricos distintos, permitem-nos compreender os gêneros discursivos como produtos da criação sócio-histórica, sendo que suas características emanam das especificidades de cada esfera social a que está vinculado.

3 O gênero monografia: aspectos estruturais e sócio-discursivos

De posse da abordagem bakhtiniana de gêneros discutida neste trabalho, concebemos a monografia como um gênero do discurso produzido na esfera acadêmica e que versa sobre um conteúdo específico, apresenta um estilo e uma forma de organização próprios. Com esse propósito de definição, retomamos também Maingueneau (2001) para caracterizar a monografia com base nos cinco elementos, que, segundo esse autor, estão envolvidos na sua produção, determinando suas condições de êxito, como a finalidade, os parceiros, o lugar e o momento, o suporte e a forma de organização. Ainda para esse fim, mostrou-se pertinente, primeiramente, fazer uma breve caracterização da monografia quanto ao aspecto propriamente técnico e estrutural, seu formato apresentacional, do modo como consta em manuais de metodologia científica. Tudo isso, na verdade, se funda em questões que interessam

diretamente aquele que produz a monografia, uma vez que não se pode perder de vista o formato, as partes constitutivas desse gênero, tampouco suas características sócio-discursivas: a que se propõe, a quem se destina, o lugar e momento onde é produzida etc.

Em manuais de metodologia científica que tratam da monografia, definindo e descrevendo suas características, principalmente os aspectos formais ou estruturais, as discussões são quase consensuais. É o que se pode constatar a partir dos trabalhos de Eco (1991), Tachizawa (2001), Salomon (2004) e Medeiros (2007).

Numa definição bastante objetiva, Eco (1991, p. 10) conceitua monografia como um texto cuja abordagem se dá em torno de um só tema, e, enquanto tal, uma monografia opõe-se a manual, a enciclopédia. Já que versa acerca de um tema único, convém que se delimite esse tema, porque assim “quanto mais se restringir o campo, melhor e com mais segurança se trabalha”.

Assentado nessa mesma perspectiva, Tachizawa (2001) propõe que se defina monografia como trabalho que cumpre uma obrigação acadêmica, tendo o caráter de iniciação científica. Para esse autor, a monografia não deve ser confundida com tese de doutoramento, nem com a dissertação de mestrado. Sua principal característica associa-se ao fato de ser bem delimitada, estruturada e desenvolvida em torno de um só tema e problema. O autor sugere que se defina distintamente: (a) monografia de análise teórica, quando visa a apresentar resultados de estudo teórico-conceitual, resultados de pesquisa bibliográfica, em que se tem organização coerente das idéias dos autores pesquisados, comportando análise crítica ou comparativa; (b) monografia de análise teórico-empírica, referente à pesquisa de campo, em que se tem análise simples de dados, com descrição dos resultados; e (c) monografia de estudo de caso, que diz respeito à análise específica da “relação entre um caso real e hipóteses, modelos e teorias” (p. 61).

Salomon (2004, p. 265) afirma que, desde a sua origem histórica, quando remonta aos estudos de Le Play (1806-1882) até os dias atuais, a monografia é concebida como um tipo de trabalho de natureza científica, caracterizado essencialmente pela especificação, pelo foco em um único tema e uma só problemática. Ainda segundo o autor, a monografia resguarda de sua origem histórica uma compreensão mais geral (sentido lato) e outra mais específica (sentido estrito). Neste último caso, versa sobre um tema específico que seja o resultado de pesquisa científica e que vise a dar contribuição relevante à ciência, o que a faz identificar-se com a tese. Já em sentido estrito, a monografia constitui-se como trabalho de primeira mão, resultante de pesquisa científica, como no caso das dissertações científicas, das dissertações de mestrado, da monografia acadêmica, entre outros. Dessa forma, a monografia possui

natureza descritiva e analítica, e caracteriza-se, ainda, pelo aprofundamento do tema, prezando sempre pela reflexão.

Finalmente, para Medeiros (2007, p. 229), a monografia está imbricada à expressão ‘trabalho científico’, juntamente como a resenha, o informe científico, o artigo científico, o *paper*, que são “tipos de textos elaborados segundo estrutura e normas preestabelecidos”. Constitui, portanto, um trabalho de caráter científico produzido por alunos graduandos no término de seu curso.

Como forma de complementarmos essa definição e caracterização de monografia, que se pode associar, segundo Bessa (2007), a uma visão propriamente técnica, baseada muito mais nos critérios de forma, estrutura e organização, trazemos também aqui uma conceituação de monografia com base numa visão sóciodiscursiva, levando em conta a noção de gênero proposta por Bakhtin (2003) e também por Maingueneau (1998, 2001).

Dessa maneira, sob a ótica bakhtiniana, entendemos que a monografia é um tipo relativamente estável de enunciado, um gênero do discurso, produzido numa esfera social específica, a esfera acadêmica, comportando conteúdo temático, composição e estilo intimamente relacionados às particularidades e finalidades desse campo da comunicação verbal. No que concerne ao **conteúdo**, é sempre bem delimitado e específico, estando, necessariamente, em configuração com a respectiva área de conhecimento, que, no caso do curso Letras, abrangem questões temáticas vinculadas aos estudos lingüísticos e literários; sobre a **construção composicional**, também é bem delimitada, constituindo-se de texto dissertativo (não exclusivamente, mas predominantemente) estruturado em partes distintas, todavia propriamente bem articuladas, quais sejam: introdução, desenvolvimento e conclusão; já do ponto de vista do **estilo**, predomina o tom impessoal, com linguagem formal, clara e objetiva (Cf. BESSA, 2007, p. 30).

Tendo em vista a abordagem de Maingueneau (2001), pode-se entender que, como gênero do discurso, a monografia se presta constitutivamente a **uma finalidade legítima e reconhecida**, qual seja problematizar e modificar uma situação, ou divulgar resultados de pesquisa teórica, empírica, de caso etc.; apresenta **um estatuto de parceiros (enunciadores e co-enunciadores) também legítimos**, porque, nesse gênero de discurso científico produzido no curso Letras como TCC, já se sabe quem produz (um aluno graduando, aluno iniciante na pesquisa científica) e a quem se destina a fala ali posta (a um ou mais interlocutores, no caso desde a banca examinadora ao público mais amplo de leitores da biblioteca na qual fica depositada, podendo estender, como já é bem freqüente hoje, aos leitores da biblioteca *on line*); é produzida num **lugar e momento legítimos** (no meio acadêmico, universitário,

especificamente no término do curso, após uma longa trajetória de discussão e produção de conhecimentos); **um suporte material** (apresenta uma existência materializada por via impressa (papel), no caso, também não deixa de poder figurar na memória de um computador pessoal do produtor, ou circular na forma *on line*); e, finalmente, **uma organização textual** (comumente, predomina o modo de organização dissertativo, mesmo que possa conter elementos narrativos ou descritivos).

Conclui-se aqui que a monografia, tal como está definida nos manuais de metodologia científica, é um trabalho que, dentre outras coisas, apresenta unidade temática, tem caráter científico, segue etapas sistemáticas para a sua construção, atende às normas técnicas de elaboração do trabalho científico (normas da ABNT) e requer a reflexão crítica por parte de seu produtor. Já sob a perspectiva de uma teoria dos gêneros, a monografia pode ser entendida como uma dentre as inúmeras formas de materialização dos enunciados produzidos socialmente, é um gênero de discurso produzido no universo acadêmico, com características e funções determinadas pelo modo particular como, nesse universo, se organiza e produz conhecimentos.

4 O corpus

O *corpus* da pesquisa é constituído por dezenove monografias produzidas por alunos do curso de Letras, com anos de conclusão em 2003, 2004, 2005 e 2006. Mais especificamente, o nosso trabalho se detém exatamente nos subtópicos das seções de fundamentação teórica destas monografias, onde aparece referência ao texto de Travaglia (2001), acerca das concepções de linguagem.

4.1 A monografia do curso de Letras

Na pesquisa, estamos considerando a monografia de graduação em Letras como um “trabalho individual do aluno, sob a orientação de um professor com titulação mínima de especialista, e submetida à apresentação e apreciação de uma banca examinadora”, em conformidade com o Projeto Pedagógico de Curso - PPC (2009, p. 98), artigo 34, do curso de Letras. Segundo o documento, a monografia tem caráter de trabalho de iniciação científica, orientado para a pesquisa teórico-empírica. Quanto ao seu tema, deve estar em configuração com as áreas temáticas dos Estudos Lingüísticos e Literários, além de “contribuir para a formação profissional do graduando em Letras”.

Consta ainda que a monografia é o resultado de um projeto de pesquisa elaborado pelo aluno graduando em Letras, durante a disciplina Seminário de Monografia I, ofertada no

sétimo período do curso. A formatação desse projeto já deve “conter os requisitos mínimos exigíveis em um trabalho monográfico” (2006, p. 98). O aluno apresenta o projeto ao Departamento de Letras, de acordo com sua habilitação, e recebe parecer da banca examinadora.

5 Breve caracterização do texto-fonte

O texto constituído como suporte para a discussão acerca das concepções da linguagem nas dezenove monografias que compõem o *corpus* da pesquisa e o qual serviu de fonte para que pudéssemos identificar os tipos de paráfrases realizados pelos alunos produtores está inserido no livro *Gramática e interação: uma proposta de trabalho para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*, escrito por Luiz Carlos Travaglia. De modo mais específico, o texto encontra-se na **parte 1** do referido livro, na qual Travaglia discute questões fundamentais para o ensino de gramática, tais como os objetivos do ensino de língua materna, as concepções de linguagem, concepções de gramática, os tipos de ensino de língua, a variação lingüística e noções como texto e discurso. No caso, a discussão sobre as concepções de linguagem constitui o segundo subtópico da parte 1 do livro e tem como título **2. Concepções de linguagem**.

Trata-se de um texto relativamente pequeno, escrito em apenas três páginas. O texto apresenta uma curta introdução, feita em um parágrafo, e desenvolvimento ordenado por apresentação e caracterização das três concepções da linguagem: linguagem como expressão do pensamento; linguagem como instrumento de comunicação; e linguagem como processo de interação. Estas duas últimas possuem o maior volume de palavras, frases e parágrafos e há, para a formulação textual de cada uma, citação em discurso direto.

Outro aspecto do texto de Travaglia que interessa destacar aqui diz respeito à linguagem utilizada pelo autor, podendo ser caracterizada como uma linguagem objetiva, direta e clara, manifestada, por exemplo, pelo uso de frases relativamente curtas, pela pouca incidência de orações intercaladas ou de períodos com arranjos sintáticos mais complexos, pela precisão vocabular, com palavras de compreensão bastante acessível etc.

No decorrer de sua exposição acerca das concepções de linguagem, Travaglia dialoga com outros autores. O principal deles é Neder (1992), a partir do qual Travaglia dialoga também com Frigoto (1990) e com Bakhtin (1986). Em nota de rodapé, sugere ao leitor a consulta de textos de Cajal et al (1982), Geraldi (1985), Neder (1992), Pagliarini (1991), Val (1992). Assim, o texto de Travaglia se constitui, sem dúvida, como reformulação ou paráfrase de outros textos.

De forma objetiva, as três concepções da linguagem foram apresentadas por Travaglia como possibilidades distintas de se conceber a linguagem e a língua, mas isso não implica estabelecermos uma hierarquia entre as três, de modo a interpretá-las como uma sendo melhor ou pior que a outra. O texto possibilita a compreensão de que: seja qual for a concepção de linguagem adotada pelo professor, implicará sempre numa postura metodológica diante do ensino de língua materna.

6. Identificação e descrição dos tipos de paráfrase: análise de dados

Apresentaremos, neste tópico, análise de alguns dados, mostrando um exemplo de cada tipo de paráfrase extraído do nosso *corpus*. Constam, em ordem consecutiva, ocorrências da expansão parafrástica na monografia M02 (estamos considerando ordem estabelecida de 01 a 19 e os casos mais ilustrativos no nosso *corpus*), da condensação (M06) e do paralelismo (M11). Em seguida, explicitamos o percentual geral das ocorrências das paráfrases nas produções dos alunos e algumas considerações sobre os resultados encontrados.

6.1 Os tipos de paráfrases

QUADRO 01: A EXPANSÃO PARAFRÁSTICA

Segmentos do texto-fonte	Segmentos parafrásticos
<p>Outra questão importante para o ensino de língua materna é a maneira como o professor concebe a linguagem e a língua, pois o modo como se concebe a natureza fundamental da língua <u>altera em muito o como se estrutura o trabalho com a língua em termos de ensino.</u> (F1)</p> <p>[...]</p> <p>A terceira concepção vê a linguagem como forma ou processo de interação. (F1/C3)</p> <p>[...]</p> <p><u>Os usuários da língua ou interlocutores interagem enquanto sujeitos que ocupam lugares sociais e “falam” e “ouvem” desses lugares</u> de acordo com formações imaginárias (imagens) que a sociedade estabeleceu para tais lugares sociais (cf. capítulo 6, quando falamos da questão do discurso). (F4/C3)</p>	<p>É fator relevante dentro do ensino de língua materna a maneira como o professor compreende e desenvolve o trabalho com a língua-linguagem, pois a forma de se conceber a linguagem <u>influenciará em toda a prática pedagógica do professor de língua materna.</u> (Ep-F1)</p> <p>[...]</p> <p>A terceira concepção considera a linguagem como forma ou processo de interação, e que para a efetivação desse processo a relação entre os interlocutores se faz essencialmente necessária. Essa tendência destaca que o fenômeno da interação verbal é a verdadeira substância da linguagem.</p> <p>De acordo com essa afirmativa <u>os usuários da língua são sujeitos sociais ativos que participam ativamente do processo de produção da linguagem, seja na condição de falante ou de ouvinte.</u> (Ep-F4/C3)</p> <p style="text-align: right;">(M02)</p>

No quadro acima, observamos que o enunciado *altera em muito o como se estrutura o trabalho com a língua em termos de ensino* é reformulado via expansão parafrástica. A especificação ocorre no instante em que M02 compreende esse ‘*alterar o trabalho com a língua*’ em termos de influenciar a prática pedagógica do professor de língua materna.

Mais adiante, em F4/C3, o produtor de M02 compreende que ‘*os usuários da língua são sujeitos sociais ativos*’, tendo como base os argumentos do enunciado fonte de que esses usuários são sujeitos que ocupam lugares sociais, de onde falam e ouvem, portanto interagem. Na reformulação que segue, M02 estende um pouco mais a compreensão acerca dos usuários da língua, com uma informação de caráter explicativo: *esses usuários são sujeitos ativos, por que participam ativamente do processo de produção da linguagem, seja na condição de falante ou de ouvinte.*

QUADRO 02: A CONDENSAÇÃO PARAFRÁSTICA

Segmentos do texto-fonte	Segmentos parafrásticos
<p>[...] A primeira concepção vê a linguagem como expressão do pensamento. (F1/C1) [...] <u>A enunciação é um ato monológico, individual, que não é afetado pelo outro nem pelas circunstâncias que constituem a situação social em que a enunciação acontece.</u> (F4/C1) <u>As leis da criação lingüística são essencialmente as leis da psicologia individual, e da capacidade de o homem organizar de maneira lógica seu pensamento dependerá a exteriorização desse pensamento por meio de uma linguagem articulada e organizada.</u> (F5/C1)</p>	<p>[...] <u>A primeira concepção faz referência ao campo monológico e individual de cada indivíduo, o ato da expressão,</u> (Cp-F4/C1) sendo este criado e organizado no pensamento do homem, dependendo de uma linguagem sistematizada e organizada para exteriorizar-se. <u>Essa concepção tem suas raízes ligadas à psicologia individual</u> (Cp-F5C1) e, conseqüentemente, não leva em conta a situação em que a interação comunicativa ocorre ou deva ocorrer, ou seja, a relação com o outro. (cf. TRAVAGLIA, 1996:21).</p>
<p>[...] A terceira concepção vê a linguagem como forma ou processo de interação. (F1/C3) [...] <u>A linguagem é pois um lugar de interação humana, de interação comunicativa pela produção de efeitos de sentido entre interlocutores, em uma dada situação de comunicação e em um contexto sócio-histórico e ideológico.</u> (F3/C3)</p>	<p>[...] A terceira concepção acerca da linguagem diferencia-se das outras duas anteriormente mencionadas, <u>pelo fato de considerar como elemento fundamental, em seu processo de interação comunicativa, o contexto.</u> (Cp-F3/C3)</p>

(M06)

No fragmento de M06, pode-se observar que os segmentos parafrásticos em destaque apresentam casos da condensação parafrástica. O segmento ‘*A primeira concepção faz referência ao campo monológico e individual de cada indivíduo, o ato da expressão*’ contempla um caso da condensação, ou seja, da paráfrase redutora, na medida em que o produtor de M06 associa, de forma mais genérica, a primeira concepção da linguagem a um *campo monológico e individual*. Assim, enquanto o texto-fonte está se reportando especificamente à *enunciação* como *ato monológico e individual*, trazendo toda uma explicação sobre o fato de a enunciação não ser afetada por fatores externos, M06 relaciona tudo isso, resumidamente, à primeira concepção da linguagem. Ocorre novamente a condensação nos outros dois segmentos parafrásticos destacados, quando M06 reformula F5/C1, depreendendo que a primeira concepção da linguagem *tem suas raízes ligadas à*

psicologia individual, e quando reformula F3/C3, focalizando um dos aspectos centrais do pensamento subjacente à terceira concepção da linguagem, qual seja: o de considerar o contexto como elemento fundamental. Percebe-se, então, que em todo o fragmento parafrástico o produtor de M06 tenta sintetizar as características da terceira concepção de linguagem, de modo a organizá-las sob três aspectos fundamentais: (1) fazer referência ao campo monológico; (2) estar ligada à psicologia individual; e (3) considerar o contexto. No texto-fonte, conforme se vê, a textualização dessas características apresenta um desenvolvimento bem mais extenso.

QUADRO 03: O PARALELISMO PARAFRÁSTICO

Segmentos do texto-fonte	Segmentos parafrásticos
<p>[...] A primeira concepção vê a linguagem como expressão do pensamento. (F1/C1) A segunda concepção vê a linguagem como instrumento de comunicação, como meio objetivo para a comunicação. (F1/C2) A terceira concepção vê a linguagem como forma ou processo de interação. (F1/C3) Essa concepção é representada por todas as correntes de estudo da língua que podem ser reunidas sob o rótulo de <i>lingüística da enunciação</i>. (F7/C3)</p>	<p>A linguagem como processo de interação, (Pp-F1/C3) que sustenta todas as correntes de estudos lingüísticos denominado de teoria da enunciação, (Pp-F7/C3) é defendido também por Geraldi (1994) e Travaglia (1996) entre outros, que apresentam outras duas concepções de linguagem: linguagem como expressão do pensamento; (Pp-F1/C1) linguagem como instrumento de comunicação. (Pp-F2/C2) Concepções essas que dão encaminhamento ao ensino de língua materna. (M11)</p>

No quadro acima, vemos que o produtor de M11 repete os trechos do texto-fonte que tratam das três concepções de linguagem. Primeiramente, o aluno traz uma informação de caráter explicativo acerca da terceira concepção de linguagem, anuncia que tal concepção é defendida por Geraldi, por Travaglia e outros autores, em seguida, afirma que ambos tratam de mais duas concepções. Esse é o caso em que o produtor realiza o parafraseamento, contudo repete alguns segmentos lexicais e sintáticos do texto-fonte. Em F7/C3, por exemplo, o aluno produtor reformulou o segmento textual no qual se fala das correntes teóricas que ancoram a terceira concepção da linguagem, realizando algumas modificações dos componentes lexicais, nas expressões nominais e nas formas verbais (ex: é representada/sustenta; estudos da língua/estudos lingüísticos; podem ser reunidas/denominado; lingüística da enunciação/teoria da enunciação). Vê-se que esse parafraseamento de F7/C3 foi realizado via paralelismo, pois conserva praticamente a mesma estrutura sintática do enunciado fonte, mas, além disso, vem marcado pela repetição de ‘*a linguagem como processo de interação*’. Pode-se considerar, então, que houve um paralelismo marcado pela repetição de componentes sintático-lexicais do enunciado fonte. Em F1/C1 e F2/C2, a repetição ocorre novamente, como forma de o

produtor mencionar para seu leitor as outras duas concepções apresentadas por Travaglia e outros autores.

7 Ocorrência das paráfrases nas monografias e síntese analítica

Considerando os três tipos de paráfrases utilizados pelos alunos na reformulação do texto-fonte, percebemos que, em termos gerais, a expansão caracterizou-se pela especificação, detalhamento ou explicação de informações do enunciado fonte; a condensação, pelo resumo ou síntese de segmentos sintaticamente mais amplos presentes no texto; e o paralelismo, tanto por alterações no plano formal, substituição de palavras, como pela repetição de palavras e de construções sintáticas, o que, em razão da acentuada incidência desta última, proporcionou um caráter de reprodução quase fiel do texto-fonte.

Constatamos a ocorrência de 239 paráfrases na reformulação do texto-fonte, referente à soma total de 29 ocorrências da expansão parafrástica, 44 ocorrências da condensação e 166 ocorrências do paralelismo (50 casos com repetição literal e 116 casos com alteração). Vejamos que no uso do paralelismo há uma diferença de 210 em relação à expansão e de 195 ocorrências em relação à condensação, ou seja, as ocorrências daquele tipo parafrástico excedem em mais de sessenta por cento em relação aos outros dois tipos.

O paralelismo aparece, também, como o tipo de paráfrase mais utilizado em cada monografia, individualmente. Mais significativo, ainda, é observar que o número de ocorrências (50) de fragmentos que repetem estruturas lexicais e sintáticas do texto-fonte, isto é, do paralelismo assinalado pela repetição, é superior ao número de paráfrases expansivas e também de paráfrases redutoras.

Numa primeira apreciação, esses resultados denunciam certa dificuldade do aluno no parafraseamento do texto-fonte que se mostrou praticamente comum entre os produtores da monografia: corresponde à dificuldade de explicar ou ampliar as informações, como também de resumi-las e, principalmente, de desprender-se das palavras do autor-base. Em se tratando do paralelismo, por exemplo, que apresenta uma formulação textual muito similar ao respectivo enunciado matriz, o seu uso relativamente excessivo nas monografias pode demonstrar certa inabilidade dos produtores em utilizar-se de palavras e expressões próprias ou que estes produtores mostraram-se pouco engajados na reformulação do texto-fonte, no que concerne a uma resignificação. Até porque a prática da paráfrase, em consonância com orientações teóricas aqui discutidas, como por Charaudeau e Maingueneau (2006), Fávero et al (2007), Hilgert (2002; 2006), supõe, de algum modo, o mínimo de reformulação do texto de origem, seja no todo ou em parte, bem ou mal, fielmente ou não, como também aceita que

se ultrapassem os limites do texto original, abrindo possibilidades para a construção de significados novos.

É admissível pressupor que a dificuldade a que nos referimos ocorreu em razão de ter havido problemas de compreensão textual, tendo em vista que o texto-fonte, um texto um tanto curto, traz informações já bem sintetizadas de vários outros textos-fonte (BAKHTIN, 1986; FRIGOTO, 1990; CAJAL et al, 1982; GERALDI,1985; NEDER, 1992; PAGLIARINI,1991; VAL, 1992), o que pode ter levado o aluno a ficar um tanto preso àquelas informações, que, aliás, não traziam muitas explicações, exemplificações. Nesse caso, convém considerar que, se o aluno desconhece ou não compreende minimamente os pressupostos teóricos nos quais Travaglia se baseou, como consequência de não ter uma leitura prévia, por exemplo, do aporte teórico advindo de Bakhtin, torna-se mais difícil o entendimento e por isso mesmo a resignificação do texto-fonte. Prova disso está no pouco uso da paráfrase expansiva (somente 29 ocorrências, dentre 239 paráfrases), pela qual se podia detalhar, explicar, exemplificar (Cf. HILGERT, 2002; 2006), enfim, desenvolver as informações desse texto.

Entre os produtores, a condensação parafrástica também foi pouco utilizada, as maiores ocorrências variam de três a sete, sendo que quase a metade dos produtores, no caso oito alunos (42,10%), não usou esse tipo de paráfrase. Se olharmos esses números relacionando-os com a alta ocorrência do paralelismo, que vem marcado pela acentuada repetição de palavras e expressões, o pouco uso da condensação pode estar igualmente associada a uma dificuldade de síntese que o aluno demonstra. Dessa maneira, ou o aluno repete porque não compreende tão bem o texto-fonte, para explicar, desenvolver, ampliar suas informações, ou repete porque não consegue resumir. E talvez a limitação tenha sido justamente porque o aluno não conseguia resumir um texto, para ele, já tão sintetizado.

Esses dados reforçam claramente que o aluno demonstra problema, sim, na prática de reformulação textual, isso porque ainda fica bastante preso às palavras e mesmo a expressões inteiras usadas pelo autor-fonte com o qual discorre em sua discussão teórica. Viu-se que, associado a esse problema, pode ter ocorrido a questão mais ampla da incompreensão de parte ou do todo do texto-fonte. O aluno teria, no caso, menos condições de sucesso no parafraseamento, porque se vê diante de idéias para cujo entendimento exige-se fundamentação teórica mais aprofundada. Caso esse problema se apresente de forma acentuada e gradativa nas outras seções ou subtópicos do capítulo teórico, a produção da monografia como um todo chega mesmo a ser prejudicada.

Diante disso, é certo supor que o sucesso ou não do aluno no parafraseamento de textos-fonte no capítulo de fundamentação teórica da monografia coloca em jogo a imagem que o interlocutor, orientador e possíveis leitores, podem construir acerca da própria qualidade desse produto, que é o Texto de Conclusão do Curso de Letras (TCC). Essa possível imagem pesa, principalmente, quando se põe em evidência as próprias características do gênero monográfico, o que vem requerer, da parte do interlocutor, que se trate de texto de boa qualidade, pelo simples fato de lidar com a produção do conhecimento dito científico, de acontecer num lugar legitimado por ser espaço de problematização e modificação do conhecimento existente.

Acreditamos que se existiu, ao longo do curso, pouco engajamento do aluno na produção dos textos acadêmicos ou mesmo não tendo sido devidamente orientado sobre suas características particulares, conseqüentemente esse problema se transporta para a produção de um texto mais denso, como é a monografia de término de curso. Insistimos que o êxito na produção da monografia é, principalmente, derivado de uma boa experiência na prática textual daquela outra variedade de gêneros. Visto de outro modo, porém, o aluno encontra-se situado em uma primeira etapa de sua vida acadêmica, no estágio inicial da pesquisa científica, estando, portanto, situado num processo a ser desenvolvido e melhorado continuamente.

Palavras finais

Os resultados desse estudo apontam lacunas no desempenho do aluno na prática do parafraseamento ou na atividade de reformulação textual, na medida em que esse aluno demonstra dificuldade em praticar a condensação ou síntese, a explicitação, explicação e mesmo a exemplificação de idéias, ficando, de forma mais predominante, preso às categorias de discurso do texto-fonte. São resultados que sugerem um pouco da falta de domínio do aluno no que concerne às características e funcionamento do gênero monografia dentro da prática discursiva acadêmica e que se estende a sua inexperiência com o repertório de gêneros, o resumo, a resenha, o relatório de estágio, a monografia, que é produzido nesse universo acadêmico.

Para efeitos de contextualização, convém, todavia, que os resultados de pesquisa a que chegamos não sejam olhados sem considerar, entre outros aspectos possíveis, que o aluno concluinte do curso Letras, mesmo chegando à etapa final do curso, não detém de forma segura os conhecimentos acerca do todo do gênero monográfico e dos modos de funcionamento dos gêneros acadêmicos nessa esfera particular de realização e comunicação

verbal que é a esfera acadêmica, por conta de sua própria condição de iniciante na pesquisa científica.

Ainda, necessita-se considerar que nem sempre se tem de modo apropriado a leitura e compreensão prévias dos textos-fonte citados no referencial teórico, somado ao domínio da área e dos aportes teóricos aos quais se vinculam, bem como das bases teórico-metodológicas utilizadas pelos autores-fonte. E, muitas vezes, exatamente pelo fato de ainda não ter uma habilidade lingüístico-discursiva quanto aos procedimentos parafrásticos, o aluno sujeita-se a ficar muito próximo aos fragmentos parafraseados, daí tender à reprodução quase fiel do texto-fonte;

Somado a isso, enfim, precisa-se questionar sobre qual foi mesmo a oportunidade, e como isso procedeu, que o aluno de Letras teve, durante o curso, para recriar, refazer, reformular e parafrasear os textos-fonte envolvidos na elaboração de resumos, resenhas, fichamentos, capítulos teóricos de artigos, de relatórios de estágio, da monografia, e, ainda, qual foi, e como procedeu, o tipo de orientação, de revisão que esses textos receberam do professor orientador enquanto interlocutor primeiro do aluno na prática de produção textual, no universo acadêmico.

Abstract: *In this work we study the kinds of paraphrases used by Letras students in the theoretical foundation section of their monograph works. The aim is to understand how textual reformulation process occurs in that genre. Fuch (1982), Charaudeau (2003) and Maingueneau (2006), Fávero et al (2007), Hilgert (2002; 2006) provide theoretical support for our research concerning paraphrase; Bakhtin (2003), and Maingueneau (1998; 2001) support the notions about genre. In order to analyze the corpus formed by 19 monograph works we used categories defined by Hilgert (2002; 2006): expansion, condensation, and parallelism. The results show a predominant use of parallelism (69,45% of occurrences), which is characterized by the lexical-syntactic repetition of fragments from the source text. We conclude that the high incidence of paraphractical parallelism shows that students have not acquired the discursive genre production and circulation modes of the academic-scientific sphere yet.*

Keywords: *Paraphrase. Reformulation. Source text. Monograph work.*

Referências

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BESSA, J. C. R. *Referência ao discurso do outro: uma análise de problemas de relações de sentido entre discurso citado direto e discurso citante no gênero monográfico*. Dissertação de Mestrado. Natal: UFRN, 2007.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

ECO, U. *Como se faz uma tese*. Trad. Gilson Cardoso de Souza. São Paulo: Perspectiva, 1991.

FARACO, C. A. *Relatório sobre gêneros do discurso – Projeto AgP (CNPq/CEFET-PR/PUC)*, 2001.

FÁVERO, L. L.; ANDRADE, M. L. C. V. O.; AQUINO, G. O. *Oralidade e escrita: perspectiva para o ensino de língua materna*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

FUCHS, C. *La paraphrase*. Paris: Presses Universitaires de France, 1982.

HILGER, J. G. A paráfrase na construção do texto falado: o caso das paráfrases em relação paradigmática com suas matrizes. In: KOCH, I. G. V. (Org.). *A gramática do português falado*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002, p. 131-147.

_____. Parafraseamento. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (Orgs). *Gramática do português culto falado no Brasil: construção do texto falado*. Campinas, SP: Editora Unicamp, v. 1, 2006, p. 275-299.

KOCH, I. G.V. Os gêneros do discurso. In: KOCH, I. G.V. *Introdução à lingüística textual: trajetória e grandes temas*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MAINGUENEAU, D. *Elementos de lingüística para o texto literário*. Tradução Maria Augusta de Matos e Marina Appenzeller. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. *Termos-chave da análise do discurso*. Tradução de Márcio Venício Barbosa e Maria Emília Amarante Torres Lima. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

_____. *Análise de textos de comunicação*. Tradução de Cecília Perez e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2001.

MEDEIROS, J. B. *Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SALOMON, D. V. *Como fazer uma monografia*. 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

TACHIZAWA, T. *Como fazer monografia na prática*. 6. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

TRAVAGLIA, L. C. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. São Paulo: Cortez, 1996.